

SUBSÍDIOS À *SINTAXE HISTÓRICA* DE EPIFÂNIO DIAS*

Evanildo Bechara

Ao dileto e saudoso amigo Rocha Lima

A *Sintaxe histórica portuguesa* de Epifânio Dias constitui importante repositório de informações sobre o nosso idioma. As falhas que nela se notam são devidas, em grande parte, ao fato de se tratar de uma obra pioneira que saiu póstuma, tendo sido a sua própria redação prejudicada pelos padecimentos de saúde que terminaram por silenciar para sempre esse notável espírito geométrico que foi o sintaticista português, centro das considerações do presente artigo.¹ Nenhuma crítica endereçada a essa preciosa coleção de fatos sintáticos pode esquecer tais condições negativas com que a obra foi preparada para o prelo.²

A própria maneira pela qual o autor ideara sua *Sintaxe histórica* nas pegadas de Madvig – especialmente, não desestimulou a preparação da *Sintaxe do português histórico* de Said Ali, nem arrefeceu a intenção de J. J. Nunes de completar o seu *Compêndio de gramática histórica* com a parte relativa à sintaxe, que, aliás, nunca foi, senão escrita, pelo menos publicada. Este último declarou ainda no prefácio à 1ª ed. de seu livro: “Quando em 1906 publiquei, em introdução à minha *Crestomatia Arcaica*, um breve resumo de gramática histórica da nossa língua, era minha intenção ampliá-lo e desenvolvê-lo no mais curto espaço de tempo, outras ocupações e especialmente a absorção do ensino oficial fizeram que só agora pudesse levar a cabo o meu plano, ainda assim incompleto, pois que lhe falta a *Sintaxe*; verdade seja que, sabendo que o, há

* Este artigo foi antes publicado na *Misselânea* em honra de Rocha Lima (Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1980), organizada por Raimundo Barbadinho Neto, e agora sai levemente retocado. Além da homenagem a Epifânio e a Rocha Lima, vale, acredito, como proposta de trabalho que deve ser levada avante, em honra do notável sintaticista português.

¹ Conforme declaração do próprio editor da *Sintaxe histórica*, Epifânio só pudera ver as provas tipográficas das primeiras 32 páginas (p 337).

² “Conhecendo que não tornaria a recuperar a saúde, e que pelo contrário a morte se avizinhava, tratou de a mandar copiar e enviar para o prelo” (Id., *ibid.*).

pouco falecido, professor Epifânio Dias preparava um estudo especial dessa parte da gramática, desistira de ocupar-me dela, visto estar entregue a quem melhor do que eu podia desempenhar-se de tal tarefa. Publicado, porém, esse trabalho, reconheci que nele, apesar de excelente, o seu autor seguira processo diferente do meu e por isso voltei à primeira idéia, mas entre o aparecimento daquele e a publicação deste foi-me impossível tratar desse assunto com a minúcia e extensão que ele requiere; ficará portanto para mais tarde, se a vida me não faltar” (p. VII).

Já na 1.^a ed. da *Sintaxe histórica*, em 1918, o escrupuloso editor sentira a necessidade de um futuro texto crítico, pois que anunciara:

“Entre os papéis da *Sintaxe* encontraram-se os seguintes apontamentos, que talvez o Autor quisesse intercalar nos respectivos lugares:

“1 — No aposto: Lus. 2, 94”.

“2 — Na concordância do predicado: Quando a um sujeito composto se junta uma apposição do plural, o verbo deve ir para o plural. Imitando a syntaxe latina, Camões disse: Lus. 2, 112.”

Estes apontamentos não são da letra do Sr. Epifânio, foram ditados por ele: por isso tinham erros ortográficos que aqui se emendaram.

O primeiro passo camoniano a que se alude não traz nota nenhuma na edição dos *Lusíadas* feita pelo próprio Sr. Epifânio; o segundo passo traz explicações à p. 128 do vol. I (*Sintaxe histórica*, p. 339).

É de se louvar o empenho do editor — e por trás dele deveria estar o amigo e discípulo de Epifânio, José Leite de Vasconcelos — em oferecer ao público uma 2.^a ed. mais bem cuidada. Para tanto, o notável autor das *Lições de Filologia Portuguesa* encarrega Rodrigo de Sá Nogueira de preparar a nova edição, saída em 1933, acrescida de prestimoso índice e limpa de alguns dos erros (não de todos, infelizmente) que figuravam no texto de 1918.

Se nos referirmos à resenha que Augusto C. Pires de Lima estampou na *Revista lusitana*, XXI, p. 204-208 (1918), trabalho a que o próprio autor chamou “ligeira crítica”, temos concluído o que se fez em Portugal e no Brasil para enriquecer o texto de um livro que Capistrano de Abreu considerou, com justa razão, obra desbravadora.³

A falta da participação de especialistas para juntar novos subsídios à *Sintaxe histórica* não esmoreceu o diligente editor do livro que, ao ensejo da saída da 5.^a ed., em 1970, apensa à obra um suculento estudo de José Leite de Vasconcelos, repassado de saudosa afetividade (*Epiphanyo Dias — sua vida e*

³ *Correspondência*, I, 314 (ed. INL).

seu labor científico. Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1922), com o propósito “de elucidar grande parte dos futuros leitores da *Sintaxe histórica portuguesa*, que muito provavelmente pouco sabem sobre Epifânio Dias” (p. 343).

Pela relação bibliográfica que finaliza o estudo de Leite de Vasconcelos, percebe-se que Epifânio foi um trabalhador incansável, publicando vários importantes livros e artigos. Durante anos lemos essas obras, repletas de observações oportuníssimas sobre sintaxe do português antigo e, à medida que as íamos colhendo, relacionávamos com as estampadas na *Sintaxe histórica*.

Essas observações, muitas vezes, vêm explicitar melhor as lições da *Sintaxe* ou acrescentar-lhe aspectos que nela não foram arrolados. Assim é que, além das edições de textos latinos, haurimos informações em *Os Lusíadas*, no *Crisfal*, no *Esmeraldo*, nos *Fragmentos de um Cancioneiro do século XVI* (que, aliás, falta na relação bibliográfica de Leite de Vasconcelos), à *Gramática latina* de Madvig e à *Gramática francesa* com von Haffe.

Hoje apresentamos ao leitor um punhado de subsídios à *Sintaxe histórica* colhidos nos comentários à sua edição d’*Os Lusíadas*. A relação está longe de ser completa, pois nos limitamos às notas em que Epifânio d’*Os Lusíadas* melhora, amplia, retifica ou explicita o Epifânio da *Sintaxe histórica*. Portanto, cingimo-nos apenas aos assuntos versados na *Sintaxe histórica*, pois que existem inúmeros outros fatos sintáticos que, registrados na edição d’*Os Lusíadas* e nos demais textos anotados pelo mestre, não foram incluídos nessa obra.⁴

Em se tratando de um compêndio de natureza histórica, é muito importante uma referência nova comparativa ao latim ou ao grego, ou a ocorrência de um fato sintático um século antes ou um século depois, ou uma alusão de frequência em Camões do fato estudado, ou, ainda, estender à prosa um fenômeno que estava referido exclusivamente aos poetas. Por outro lado, por estarmos diante de uma obra didática, é valioso o ensinamento vestido numa linguagem mais clara, através da qual o fenômeno fique mais patente aos olhos do leitor. E neste último sentido muitas vezes a redação das notas d’*Os Lusíadas* orienta melhor que as enxutas descrições dos fatos da língua inseridas na *Sintaxe histórica*.

Num estudo crítico da obra filológica de Epifânio Dias ocupa especial relevo a sua edição d’*Os Lusíadas*, porquanto ressalta de muitos fatos aí colhidos que a sua redação, senão total, pelo menos parcialmente, foi das últimas coisas que o erudito sintaticista português escreveu. Em mais de um assunto do presente artigo, pode-se facilmente verificar que *Os Lusíadas*, apesar de publicados pela primeira vez em 1910, vêm corrigir, ampliar, explicitar ou inovar lições da

⁴ Abandonamos todos os casos em que a nota d’*Os Lusíadas* nada acrescenta ao ensinamento da *Sintaxe*, ainda naqueles em que viria suprir exemplos que faltam a esta última obra.

Sintaxe histórica, que só saiu em 1918, depois da morte de Epifânio, ocorrida em 30 de novembro de 1916.⁵

Muito seria de louvar que o benemérito editor de Epifânio – a Livraria Clássica Editora, de Lisboa – se empenhasse na tarefa de uma edição crítica da *Sintaxe histórica portuguesa*, prestando mais uma justa homenagem ao notável professor, honra da inteligência lusitana e glória do seu magistério.

*

* *

1 — No § 10, a, 3, da *Sintaxe histórica*, arrolando os casos em que o verbo fica no singular “depois de vários nomes de coisas como sujeitos”, diz Epifânio:

“3) quando há hendiadys:

Mas ó tu, geração d’aquelle insano/ Cujo peccado e desobediencia/ Não somente do reino soberano/ Te pôs neste desterro e triste ausencia... (*Lus. IV, 98*)”.

Ao anotar este passo da epopéia, o sintaticista explica melhor por que o verbo no singular:

“e] é simplesmente explicativo: *peccado e desobediencia* quer dizer “peccado que consistiu em uma desobediencia”; é por isso que o verbo (*pôs*) está devidamente no singular”.

2 — No § 17, e, da *Sintaxe histórica*, Epifânio considera “irregularidade” o fato de vir no plural o verbo que se refere “a uma simples palavra de significação colectiva, que não tem, clara nem subentendida, uma determinação partitiva ou de genero”... que se encontra, por exemplo, em:

Se esta gente que busca outro Hemispherio/ Cuja valia e obras tanto amaste/ Não queres que padeção vituperio... (*Lus. I, 38*).

⁵ Que Epifânio redigiu muito cedo numerosas notas da *Sintaxe histórica* se pode deprender das seguintes informações de Leite de Vasconcelos, no estudo já citado: “De muito cedo o Sr. Epifânio planeou levar mais longe o estudo da gramática portuguesa, e escreveu uma gramática histórica: para isso começou também muito cedo a colher elementos. Colhia, colhia, sem terminar a colheita, principalmente no campo da Fonética e da Morfologia, até que um dia o demovi a só se dedicar à sintaxe. Assim aconteceu. Pôs em ordem tudo o que possuía, e escreveu a *Sintaxe*, que chamou *histórica*. O plano total era muito vasto, e se não se resolve a organizar depressa a *Sintaxe*, nem Gramática nem *Sintaxe*, nada viria a publicar, porque a morte o não consentia. Vanglorio-me, pois, do que fiz. A *Sintaxe*, que se publicou póstuma (1918), é um precioso trabalho de análise, daquela análise paciente e judiciosa de que o Sr. Epifânio sabia tão bem o segredo. Tanto a matéria como o lado histórico poderiam sem dúvida ser ampliados: mas tal como a obra está, e como saiu das mãos trêmulas de um moribundo, constitui um padrão firmíssimo na história da Filologia portuguesa, ao qual irão forçosamente encostar-se todos os que de futuro tentarem o mesmo assunto” (p. 375-6 da 5ª ed.).

Um ponto em que a *Sintaxe histórica* inova, em relação à epopéia, é a distinção entre *português arcaico médio*, de um lado, e *português antigo* (ou *de antigamente*), *português arcaico* de outro. Na redação d’*Os Lusíadas* jamais ocorre a explicação da fase *português arcaico médio*, que procuramos rastrear no estudo inserido nos *Primeiros ensaios de língua portuguesa*, saídos em 1954.

Na nota que apôs a esta passagem da epopéia, Epifânio não insiste na referência de *irregularidade*:

“O emprego do verbo no plural referido ao colectivo *gente* ocorre até na prosa: “avia gente branca que navegavão em naos como aquellas suas” (*Barros* I 4, 3).

Também no *Esmeraldo* (p. 163) a alusão ao verbo no plural não vem acompanhada da pecha de irregularidade.

O assunto merece maior consideração, porque os textos antigos nos abo-nam fartamente tal sintaxe e um leitor assíduo e atento como Epifânio não estranharia o fato a ponto de logo na *Sintaxe* arrolá-lo como *irregularidade*, ao contrário do seu procedimento quando anotava textos literários.

Acredito que o termo *irregularidade* procede da *Gramática latina* de Madvig, que Epifânio traduziu (em 1872) e cuja redação estava muito presente no texto da *Sintaxe histórica*, como no caso em tela. Madvig, tratando da concor-dância do verbo no plural referido a sujeitos representados por coletivo, distin-gue dois casos, um considerado “negligência na expressão”, o outro como fenômeno regular:

“Obs. Com substantivos que designam um todo ordenado (*exercitus*, *classis*, etc.), um tal emprego do predicado no plural só se encontra por negligencia na expressão, v. g. *Cetera classis, praetoria nave amissa, quantum quaeque remis valuit, fugerunt*. (Liv., 31, 26).

Não se há de confundir com este emprego do predicado no plural o caso em que o verbo (no plural) de uma oração subordinada se refere aos indivíduos que na oração principal são designados por um colectivo: *Idem humano generi evenit, quod in terra collocati sunt* (subent. *homines*) (Cic., N. D., 2, 6)” (*Gramática latina*, § 215, a, Obs. Note-se que a indicação desta passagem está na *Sintaxe*, no parágrafo que estou comentando).

Ora, sabemos que *gente* é um termo que ostenta muitas acepções na epopéia e que uma delas, como em I, 38, significa o conjunto de marinheiros que compõe uma embarcação; assim, *gente* estaria naquele emprego de *exercitus*, *classis*, isto é, “de um todo ordenado” em que o verbo no plural seria considerado uma “negligência na expressão”.

Epifânio teria observado facilmente que não se poderia aplicar ao portu-guês a bipartição que Madvig estabelecera para o latim, mas ficara na idéia do sintaticista lusitano a reminiscência da crítica do notável dinamarquês.

De qualquer maneira, a pecha de *irregularidade* que, em tal fato, assina-la a *Sintaxe histórica* está em contradição com o ensinamento de Epifânio em outros passos de suas obras.

3 — No § 28, c, Obs. 2ª da *Sintaxe histórica* ensina Epifânio:

“É de notar o emprego do verbo *poder*, como verbo aparentemente transitivo, sendo que depois d’elle se subentende o infinito *fazer*:

Isto puderam saudades de um mundo todo (Ceita, 35v.)”.

Esta lição deve ser completada com a seguinte que o mestre apôs à epopéia, ao comentar os versos 3 e 4 da est. 29 (c. VIII):

“Só pôde o que impossibil parecia,
Vencer o povo ingente de Castella”:

“*poder* como verbo aparentemente transitivo (= poder effectuar uma cousa), com complemento de significação geral (v. g. tudo, o que, o impossível) é perfeitamente português e corresponde a *posse* em: *quod poterant, id andebant* (Cic. p. Quinct. 21; de maneira que “vencer o povo ingente de Castella” é apposto explicativo de “o que parecia”; assim não há de pôr-se entre parentheses “o que parecia”.

4 — Ao arrolar os verbos que se constroem com predicativo de objeto direto, “em vez de terem ligada a si uma or. substantiva de *ser* ou *estar*”, Epifânio cita *saber*, no § 29, b, 5, da *Sintaxe histórica*, e exemplifica:

“Sabia-a manchada de um grande pecado” (Garrett, *Viag.*, 271).

À passagem, acrescenta a seguinte observação:

“Esta construcção – corrente em francês com o verbo correspondente *savoir* – raríssimamente occore nos bons escriptores portugueses e é de todo extranha á linguagem oral.”

Entre esses escritores está Camões, que diz na epopéia:

“Lia Alexandro a Homero de maneira que sempre se lhe sabe á cabeceira” (*Lus.*, V, 69).

Embora *saber* não esteja aqui empregado na exata aplicação do passo de Garrett, vale a pena transcrever a lição de Epifânio, que vem ampliar a da *Sintaxe histórica*:

“sempre se lhe sabe á cabeceira] equivale a: sabe-se que estava sempre á cabeceira d’elle. Tal construcção, raríssima em português, é corrente na língoa francesa, onde se diz, por ex.: *J’aimerais mieux te savoir amoureuse d’un vieillard* (Balzac).

5 — A lição contida no § 29, b, 6, da *Sintaxe histórica* pode parecer difícil ao leitor comum. Epifânio inclui o verbo *esperar* entre os que se constroem com predicativo do objeto direto, nas condições idênticas assinaladas anteriormente para *saber*, e cita *Os Lusíadas*:

“Vós, que esperamos jugo e vituperio/ do torpe Ismaelita cavalleiro” (I, 8).

Explicação mais orientada junta Epifânio a o anotar o trecho camoniano:

“que esperamos jugo e vituperio] equivale a: nós que esperamos que sejaes jugo e vituperio; *jugo* e *vituperio* são nomes predicativos do complemento objectivo; é imitação da syntaxe que se vê em: *propitium hunc sperant, illum iratum putant* (Cic. *ad Att.* VIII, 16 ed. de Wesenberg); *qui semper vacuam semper amabilem [sc. te] sperat* (Hor. *Od.* 1, 5, 10-11); *quem aequiorem sibi sperabat* (Tac. *Ann.* III, 8); *nec te lectorem sperat* (Mart. VI, 85. 3). A edição do Porto de 1870 põe “que esperamos” entre parentheses”.

6 — No § 33 da *Sintaxe histórica* Epifânio trata de expressões que “servem de significar a amplitude da acção e a intensidade da qualidade, com verbos e adjectivos” e aí relaciona *alguma cousa, algo* (arc.), *já quanto* (= algum tanto), *muito, pouco, um pouco, nada, tanto, um tanto, algum tanto, quanto, que* (interrogativo), todas relativamente bem documentadas nos textos escritos.

Falta à relação *toda parte*, que aparece na epopéia e não está registrada nos dicionários:

“Com Joanne, Rei forte *em toda parte*,
Que escurecendo o preço vai de Marte” (*Lus.*, IV, 25).

Anota Epifânio:

“forte em toda parte] cf.: *illustre em toda parte* (X, 67, 3), “em toda parte” corresponde a *omni parte, omni ex parte* = a todos os respeitos, inteiramente, perfeitamente (significação que os nossos dicionarios não registam)”.

7 — No § 34, 3, Obs. Epifânio lembra que “empregar a preposição *de*, dizendo v. g. “o facto significa que pêsso e aceleração [*acclaração* ainda na 2^a ed.] augmentaram da mesma quantidade”, “envelheceu de dez annos naquelle dia” são gallicismos”.

Embora na *Sintaxe histórica*, nesse trecho ou no estudo das preposições, não haja referência ao emprego de *em* para exprimir, depois de verbo ou nome, tal idéia de excesso, Epifânio anotou assim a seguinte passagem camonianiana:

“De fumos enche a casa a rica massa / Que no mar nace e Arabia em cheiro passa” (*Lus.*, VI, 25).

“passa] = excede (em francês: *surpasser*)”.

Desde a *Gramática elementar*, que é bem anterior à *Sintaxe histórica*, Epifânia perseguia esse uso da preposição *de*, conforme se lê no § 125):

“Juntar a preposição *de* e dizer, v. g. *augmentar de um centimetro*, é um erro grosseiro que se deve evitar com o maior cuidado”.

Sem aludir ao galicismo, na sintaxe de sua *Gramática francesa* com Von Haffe (a 1ª ed. é de 1875), Epifânio refere-se, tratando da omissão da partícula preposicional, às diferentes construções entre o francês e a nossa língua:

“5) depois dos verbos que envolvem a ideia de aumento ou diminuição, superioridade ou inferioridade (também neste caso a nossa língua não põe preposição ou entrega outra construção), v. g.

Je vieillis d’une année entière (= tornei-me mais velho) um anno inteiro (X. de Maistre). *Elle s’accroît de douze pieds par un*, cresce doze pés por anno (Ampère). *J’ai prolongé de douze ans la durée de l’empire de Phocas* (Corneille). *Ma montre retarde de dix minutes*, o meu relógio atraza-se dez minutos (Acad.). *Diminuer un nombre de deux unités*, diminuir de um número duas unidades” (p. 178-9 da 5ª ed.)⁶

8 — Entre os empregos dos numerais cardinais assinalados nos §§ 48, b) e 61, a) da *Sintaxe histórica* faltaram outras construções, como a que ocorre em *Lus. V, 2*:

“Nella vê, como tinha por costume/ Cursos do Sol quatorze vezes cento/
Com mais noventa e sete...”

para a qual Epifânio faz o seguinte comentário:

“A expressão “1497 cursos” em vez de “o curso 1479” é análoga a “está escripto aos dezasete capitulos (= no capítulo 17) dos Numeros” (H. Pinto, *Dial. III*),”

9 — Neste caso, a lição da *Sintaxe histórica* se acha enriquecida pela alusão de tempo contida no comentário d’*Os Lusíadas*.

Naquela obra, assinala Epifânio que o advérbio *meio* “(junto de adjectivos e participios) emprega-se adverbialmente ou em forma invariavel ou concordando, por atracção, com o substantivo para que pertence o adjectivo ou participio” (§ 59, Obs.).

A lição do sintaticista está perfeita e, para completá-la, faz referência à crítica de J. Leite de Vasconcelos aos ensinamentos defeituosos de Cândido de Figueiredo (*As lições de linguagem do Sr. Cândido de Figueiredo*), explicando aquele plural por um fenômeno de atracção sintática. Figueiredo condenou o uso de *meio* no plural e Leite de Vasconcelos apontou-lhe o engano, citando exemplos antigos (Mendes Pinto), ao lado de modernos (Herculano e Garrett).

Na 2ª ed. das *Lições*, Cândido de Figueiredo atenuou o tom galhofeiro contra o plural de *meio*, mas o atribuiu a cochilos de Herculano e Garrett (só

⁶ Na 9ª ed., para o último exemplo, acrescenta “torná-lo menor duas unidades (p. 187).

cita os dois) que não verificaram que “aquillo foi invenção de typographos ou revedores”.

Talvez motivado por esses desacertos de Cândido de Figueiredo, Epifânio foi mais incisivo quanto à ancianidade de *meio* no plural em nossa língua, quando anotou a passagem V, 50 d’ *Os Lusíadas*, arrolada entre os exemplos da *Sintaxe histórica*:

Huns caem meios mortos, e outros vão

“O emprego de *meio* (= semi), como adjectivo em vez de adverbio pertence ao bom português de todos os tempos. É caso de atração syntactica, segundo bem explica o Dr. Leite de Vasconcelos em *As lições de linguagem do Snr. Cand. De Figueiredo*, às págs. 10 e 11, onde vêm mais alguns exemplos d’esta construcção”.

Estas considerações levam-me a aceitar que a redacção da *Sintaxe histórica* é anterior à d’ *Os Lusíadas*, embora a edição da epopéia tenha vindo a público quase dez anos antes daquela obra.

10 — No § 60 da *Sintaxe histórica* aponta Epifânio três maneiras de que se serve a língua pelas quais “os adjectivos podem, nas suas diversas funções syntacticas, ser substituidos por equivalentes de adjectivos”: 1) nomes precedidos de preposição; 2) infinitivos precedidos de preposição; 3) alguns advérbios.

Poderia ter acrescentado o caso de hendíadis, como faz em mais de uma passagem d’ *Os Lusíadas* por exemplo:

“Cuja valia e obras tanto amaste (I, 38) valia e obras] = obras valorosas; é hendiadys”

“Eu tenho imaginada no conceito Outra manha e ardil que te contente (I, 81) manha e ardil] = manha ardilosa”

11 — Na observação 1^a ao § 66, a), ensina Epifânio:

“No port. arch. medio é frequente a forma *lhe* como plural, e ainda é muito vulgar na linguagem do povo; ocorre ás vezes nos proprios escriptores modernos, nomeadamente em Bocage, e é a forma que tem de empregar-se na combinação com o pronome *o, a*”.

Na sua edição da epopéia tem o sintaticista oportunidade de tocar no assunto e aí nos acrescenta dois lados importantes: a) estende o uso literário de *lhe* como plural até o séc. XIX; b) declara que Camões só usa *lhe*:

“*lhe*] como plural, ao lado de *lhes*, é corrente no português antigo (e encontra-se ainda em escriptores dos principios do século XIX); é a única fórmula empregada por Camões” (*Lus.*, nota à est. 21 do c. I).

12 — O § 93, b, 1 trata do emprego de *qual* adverbialmente, nos similes, à maneira do advérbio *como*, entre “os escriptores antigos”.

Comentando o passo camoniano:

“*Qual Austro fero ou Boreas na espessura*” (*Lus.* I, 35)

diz Epifânio:

“O português antigo emprega, nos similes, *qual* adverbialmente; neste lugar pode muito bem conciderar-se *qual* adjectivo concordado só com o primeiro dos sujeitos, embora o verbo esteja no plural”.

Com estas palavras, abre uma perspectiva de interpretação para o *qual*, que poderia constar da *Sintaxe histórica*.

Qual, usado adverbialmente, ocorre ainda em *Lusíadas* II, 43, onde temos de corrigir a atribuição do exemplo “Qual dous leões famintos sobre a presa ... se abração (Castro, *Lisb. Edif* VI, 77) para Castro, *Ulyssea*, VI, 77, como aliás, está na *Sintaxe histórica*, no parágrafo objeto deste meu comentário.

13 — No § 104, a), falando do emprego de *todo*, no singular, para denotar a totalidade das partes, Epifânio poderia enriquecer a sua lição com a nota que apôs à est. 35 do c. I, em que a ed. de 1572, traz “Brama toda montanha” e o sintaticista prefere adotar a leitura “Brama toda a montanha”, sob a seguinte alegação:

“*Todo* seguido de substantivo appellativo sem o artigo definido só pode empregar-se no sentido de *todos*; Cam. disse pois necessariamente “toda a montanha”; a omissão do *a* é facil de explicar-se attendendo a que *toda a* se pronuncia *todà*” (*Lus.*, vol. I, p. 27).

14 — A redação enxuta da Obs. que vem apensa ao § 104, a, 1, b) pode confundir o leitor quanto ao que Epifânio pretende ensinar.

“No port. moderno, os puristas dizem, v. g. *toda uma cidade* por *uma cidade toda, uma cidade inteira*; antigamente era prática vulgar”.

A nota que acompanha a est. 31 do c. X é mais elucidativa e põe luz no que o sintaticista queria assinalar:

“A anteposição de *todo* a um substantivo precedido do artigo indefinido está antiquada.”

15 — A lição do § 170, a) pode ser complementada, pelo que ensina Epifânio, no comentário aos v. 7-8 da est. 31 do c. VII d’*Os Lusíadas*, principalmente com a alusão a fenômeno paralelo em latim:

“*Prosperar* está construído com *de*, conformemente aos verbos de *prover*, á semelhança de *beare*, a que na poesia também se liga o ablativo: *Latiumque beabit divite lingua* (Hor. *Epist.* II, 2, 121)”.

16 — Tanto no § 170, d) como no 198, b), Epifânio mostra um fato corriqueiro da sintaxe portuguesa: a introdução do agente da passiva através das preposições *de* e *por*.

Esta lição pode ser enriquecida com a nota ao v. 3 da est. 6 do c. IV da epopéia:

“O emprego da preposição *de* com o agente dos verbos passivos era mais amplo antigamente do que no português actual” (Lus., vol. I, p. 214).

17 — A Obs. 2ª do § 178, a, em referência a construções apositivas do tipo *o Reino Melinde* (Lus. II, 73), ensina:

“Alguns escriptores, mormente poetas, empregam ás vezes a apposição, em lugar da preposição e vice-versa.”

Infelizmente não aparece no *Registro Filológico* da 1ª ou da 2ª ed. d’ *Os Lusíadas* o comentário, que deveria ser mais extenso, que Epifânio prometia na nota a esse passo da epopéia.

A verdade é que o mestre volta à aposição deste tipo na nota a III, 27, 2, assinalando já aqui mais explicitamente a raridade do fato entre prosadores e a sua feição latina:

“cidade Hierosolyma] como *urbs Roma*; é sintaxe usada antigamente na propria prosa”.

18 — No § 183, b, Epifânio trata do emprego da preposição *em* introduzindo expressões que denotam o termo do movimento. E aí acrescenta um dado sobre a ancianidade do fato:

“a mesma syntaxe ocorre no port. arch. Medio com outros verbos avulsos: *sair, ir... passar, passar-se, v. g. em Italia*”.

Anotando os versos camonianos

“Nalgum porto seguro, de verdade/ Conduzir-nos já agora determina” (Lus., II, 32),

ensina:

“O português antigo empregava a miude *em* na designação do termo do movimento em casos em que o português moderno emprega exclusivamente *a* ou *para*.”

19 — Outra vez a redação enxuta da Obs. 1ª ao § 249, a) pode deixar o leitor da *Sintaxe histórica* em dúvida:

“Quando há hendiadys, não se repete o artigo no 2º substantivo:

Olha o muro e edificio nunca crido/ Que entre hum imperio e o outro se edifica (Lus. X, 130).

Mas o comentário a estes versos elucida a lição:

“em *muro e edificio* há hendiadys, de modo que este conjunto se contra-põe a *muralha natural*, como são os Alpes em relação á Itália (V. III, 15, 2). (G. de Amorim escreveu indevidamente: o muro, o edificio)”.

20 — Ao § 284, 6, 1, verbos que no port. arch. medio se diziam sem preposição junto ao infinitivo, poderíamos acrescentar, com Epifânio, o verbo *tornar*, conforme a lição contida no comentário aos v. 1-2 da est. 18 do c. X:

*Que tornará a vez septima, cantava,
Pelejar co invicto e forte luso*

“*tornar pelejar* por *tornar a pelejar* é construcção que já no tempo de Cam. ia caindo em desuso”.

21 — No § 289 Epifânio trata das construcções com os verbos causativos *deixar, mandar, fazer* seguidos de or. de infinitivo ou introduzida por *que* ou *com que*. A extensão do parágrafo não esgota as possibilidades conhecidas por nossa língua e a ele se poderia juntar a informação contida na nota ao v. 2 da est. 64 do c. VI da epopéia:

“Dos cavallos o estrepito parece

Que faz que o chão debaixo todo treme,

que assim reza:

“Antigamente era vulgar dizer *fazer que uma cousa acontece* (com indicativo em vez de conjunctivo) fallando-se de uma realidade. Outro tanto se usa ainda hoje em francês.”

22 — No § 385, b, Epifânio diz:

“*que* é partícula causal que se emprega depois de uma interjeição (v. g. *ai*) ou exclamação:

Me miserum, quod amor non est medicabilis herbis! (Ovidio, *Her.*, 5, 149)”.

E termina por aí. Mas o comentário ao v. 1 da est. 39 do c. I nos mostra que o sintaticista tinha mais para nos dizer acerca dessa “partícula causal”:

“A particula causal *que* bem como a particula *nam* que lhe corresponde na significação e no emprego syntactico (e pela qual Macedo traduz neste lugar o *que* português) pode abrir um novo período grammatical. (S. Lencastre pensa erradamente que é a simples conjuncção subordinativa, subentendendo-se antes d’ella *dizia*. Só podia sê-lo, se o discurso fosse indirecto, como é, por exemplo, em VII, 64, 65).”

Acontece que esta extensa nota nos permite corrigir um salto que ocorre na *Sintaxe histórica* desde a 1ª ed. e que a 5ª ainda conserva. O § 385 b) não

pára no trecho por nós transcrito. Ele deve ser continuado pelas duas últimas linhas da página 277 e as duas da página seguinte, trecho que, por engano, aparece como pertencendo ao § 386, 3). Ei-lo integralmente:

“Emprega se (naturalmente Epifânio fala aqui da *partícula causal*) também adverbialmente em uma or. principal por meio da qual se desenvolve um facto de que se acabou de fazer uma leve indicação. (Substitue neste caso os adverbios latinos *nam* e *enim*)”.

Pelo comentário d’*Os Lusíadas* vê-se que o trecho acima é continuação natural do que vimos pertencer ao § 385, b), da *Sintaxe histórica*.

Embora o sintaticista, apesar da referência ao latim nos dois lugares, não cite Madvig, o mestre dinamarquês registrou o fato no § 435, Obs. 4ª da *Gramática latina*:

“Quando se junta uma explicação em nova oração, emprega-se *nam* ou *enim*, v. g. *Tres enim sunt causae*”.

23 — No § 402, a), Epifânio nos ensina:

“A uma or., em que se nega que uma acção principie (ou haja de principiar) a realizar-se, não é usual modernamente ligar-se uma or. de *até que*, e substitue-se *até que* por *enquanto não*:

Não louves até que proves (Prov.)”

No comentário ao v. 2 da est. 76 do c. III, o sintaticista acrescenta um dado importante quanto à frequência da construção no português de outras épocas:

“até que veja] = enquanto não vir; é construção usualíssima no português antigo”.

24 — No § 408 declara textualmente Epifânio:

“Não há em port. conjuncção da comparação *hypothetica* (como em latim *quasi*): substitue-se por *como se* (no port. arch. medio) *como que*”.

Essa lição da *Sintaxe histórica* está entre aquelas que foram redigidas antes da publicação d’*Os Lusíadas*, porquanto aí o notável mestre aponta e comenta algumas passagens onde Camões usou *quase* com valor de comparativa hipotética. Assim vejamos. Na est. 20 do c. III lemos:

Eis aqui, quase cume da cabeça

ao que anota Epifânio:

“quase] está em sentido comparativo (da mesma maneira que *como* em III, 17, 2), equivalendo a *por assim dizer* á semelhança do latim *quasi*”.

Comentando o v. 8 da est. 97 do c. VIII:

Do qual quasi afogada em pago morre,
ensina-nos Epifânio:

“quasi] = como que (quasi)”

Ainda em relação aos v. 5-6 da est. 92 do c. IV:

*Os montes de mais perto respondião,
Quasi movidos de alta piedade*

diz o mestre:

“Quasi] como em VIII, 97, 8”

Bastam estes exemplos que nos autorizam a modificar a lição de Epifânio da *Sintaxe histórica* com base no Epifânio d’ *Os Lusíadas*.

25 — No § 412 ensina-nos Epifânio que *outro* (= diferente) em correlação com *que* se documenta no port. arcaico médio. No comentário ao mesmo fato, que aparece na epopéia em III, 106, lembra que no latim ocorria o mesmo:

“*que* depois de *outro* (correspondendo a *quam* depois de *non alius, non aliter*) é desusado actualmente”.

26 — Na observação ao § 414, a), ensina Epifânio:

“O port. arch. medio emprega *segundo* em orações que servem de fundamentar a or. subordinante, no sentido de “como pode reconhecer-se, como é de esperar, como é bem de ver, etc., olhando a esta circunstancia.”

No comentário ao v. 4 da est. 105 do c. I da epopéia, o sintaticista repete *ipsis verbis* a lição acima (em vez de *port. arch. medio* aparece naturalmente *português antigo*) e prossegue:

“Neste lugar *segundo foi o engano descoberto* equivale a *como pôde reconhecer-se com o descobrimento do engano*”.

E depois de exemplos de outros passos d’ *Os Lusíadas*, de Castanheda e Barros, ajunta: “Corresponde ao $\omega\varsigma$ dos gregos, v. g. na *Iliada*, XI, 687-688 (v. a nota de Faesi-Franke a este lugar).”

27 — A redação do § 416 da *Sintaxe histórica*:

“Pode ligar-se com a prepos. *de* (= a respeito de) a um verbo sensitivo ou declarativo o nome da pessoa ou cousa, que tem de ser sujeito ou complemento da or. substantiva (de *que* ou infinitiva)”

acha-se mais bem explicita na nota ao v. 7 da est. 4 do c. I d’ *Os Lusíadas*:

“de vossas agoas]. Quando a um verbo declarativo ou sensitivo se liga uma oração substantiva, é vulgar nos escriptores antigos pôr na oração subordinante, precedido da preposição *de* (na accepção de “a respeito de”)

o nome da pessoa ou cousa a que se refere a acção do verbo da subordinada, v. g. De muitos santos lemos que o foram (na *Sintaxe* e na minha ed. de 1763, está “começarão a ser”) ainda no berço (Sousa, *Vida do Arceb.*, I, I). É a continuação de uma syntaxe que se encontra também em latim (v. Madvig *Gr. lat.* § 395, obs. 7^a). Com os verbos de *ordenar* é pratica pouco usada”.⁷

28 — Reza o § 417 da *Sintaxe*:

“Aos verbos de *acontecer*, quando tem por sujeito uma or., o port. arch. medio, ás vezes, antepunha o adverbio *assim*, que servia de enunciar a or. substantiva.”

No comentário ao v. 7 da est. 50 do c. VII da epopéia registra-se o fato e se filia a construções latinas com *ita*:

“Assi] tem, como *ita*, sentido conclusivo (equivalendo a: assim que, d’estee modo [i. é, tendo os paços no meio de arvoredos]); por isso não há-de pôr-se virgula, como, entre outros, faz A. Coelho, depois de *gente*.”

Uma lição completa do fato em latim registra-a Madvig, no § 395, Obs. 6 da *Gram. latina*:

“O conteúdo da oração infinitiva é ás vezes d’antemão anunciado brevemente por meio de um pronome neutro ou de *ita* ou *sic* (...)”.

Pela citação da *Gram. latina*, vê-se que se pode relacionar a missão enunciativa do advérbio à do pronome neutro, como ocorre nesta passagem d’*Os Lusíadas*, que Epifânio anota com segurança, mas nem por isso o fato é contemplado na *Sintaxe histórica*:

“Eu o vi certamente – e não presumo
Que a vista me enganava –, levantar-se
No ar hum vaporzinho e sutil fumo,
E do vento trazido rodear” (*Lus.*, V, 19).

Eis o comentário do ilustre sintaticista:

“o] é pronome demonstrativo; annuncia as orações de *levantar-se* e *rodear-se*, ás quaes serve de apposto explicativo; corresponde a *illud* em: *Illud negare potes, te de re judicata judicasse* (Cic., v. Madvig, *Gr. lat.* § 395 Obs. 6).

Este é um exemplo dentre os numerosos fatos que, comentados e explicados em outras obras do Epifânio, não são contemplados na *Sintaxe histórica*. Mas isto é uma outra história que não pertence aos limites traçados para o presente artigo.

⁷ Também na *Sintaxe*, a seguir do trecho transcrito, se lê: “Com verbos d’outras categorias (v. g.: *ordenar*) é pratica rara”.

29 — A redação do § 413 d):

“Aos verbos de *proibir* e *impedir* ligava-se, no port. arch. medio, uma or. (ou infinitivo) complementar com negação”

pode ser melhorada e completada pelo comentário ao v. 7 da est. 19 do c. II d’*Os Lusíadas*:

“As orações complementares dos verbos de *impedir* e *proibir* (quando afirmativos) eram postas frequentemente pelo português antigo em forma negativa (assim “estorvar que não chegasse” equivale a “estorvar que chegasse”). Esta prática, hoje antiquada, corresponde ao latim *impedire ne*”.

Na sua ed. do *Crisfal*, Epifânio volta ao assunto e aí acrescenta o exemplo do francês:

“Nas orações substantivas dependentes dos verbos de *proibir* o português antigo empregava uma negativa (como acontece em francês)” (p. 64).

Correia da Silva (*Ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas*, 94-7) discorre sobre a possibilidade de ser o fato mais um latinismo sintático no poema. O assunto está a merecer um estudo mais pormenorizado, pois que é muito pouco, apesar de substancial, o que diz Meyer-Lübke no § 705 da sua sintaxe românica. Cf. Dag Norberg, *Beiträge zur spätlateinischen Syntax*, 113-5 e E. Gamillscheg, *Historische französische Syntax*, 762-4.

30 — No § 432 ensina-nos Epifânio:

“O povo diz: *não pode deixar de não ser*, em vez de *não pode deixar de ser*”.

Comentando os seguintes versos do poema:

“*Porém não tardou muito que voando
Hum rumor não soasse* (...) (IX, 9),

comenta:

“*não soasse*] A negativa, bem que contraria ao rigor lógico, é vulgar na conversação”.

Vê-se, portanto, que a lição da *Sintaxe histórica* pode ir mais além que a referência ao giro popular.

31 — No § 480 Epifânio apenas assinala:

“Caso particular de atracção é a assimilação de modos (e tempos) que se encontra, por exemplo, em (...)”

E cita as passagens d’*Os Lusíadas* VI, 55 e VII, 33, sem maiores explicações para seu leitor, salvo a de que, no primeiro caso, *não for vale por não seja*.

Entretanto, no comentário ao segundo exemplo extraído do poema, o sintaticista dá informação mais cabal que poderia ser aproveitada na *Sintaxe histórica*:

“Porem como a esta terra então viessem
De lá do seio Arabico outras gentes
Que o culto Mahometico trouxessem”,

explica o autor:

“Que... trouxessem] O verbo da oração subordinada *trouxessem* foi para o modo e tempo do verbo da oração subordinante *viessem*. Esta irregularidade denomina-se *assimilação de modos*, e, em geral, só se dá quando, mudada a fôrma da phrase, a oração subordinada se pode ligar copulativamente á subordinante (*viessem* e *trouxessem*) ou quando as duas orações se podem contrahir em uma só, como acontece em VI, 55, e neste passo: “quando acontecer e for achado que algum mercador vender [por: venda] pano...” (doc. Do sec. XV no *Archeol. Port.* VI. pag. 9, onde poderia dizer-se simplesmente “quando por ventura algum mercador vender pano...” No *Livro da marinharia* publicado e anotado pelo General Brito Rebello até se encontra “... sendo caso que a linha for...” (pág. 31).

*
* *

Paramos por aqui, numa pequena amostra, para não cansar o leitor benévolo. Mas não queremos, ao fazê-lo, perder a oportunidade de renovar a importância que assume a *Sintaxe histórica* para os estudos de nossa língua, e reclamar da benemérita Livraria Clássica Editora de Lisboa que, num futuro próximo, se empenhe em nos oferecer a edição crítica que prestará a Epifânio Dias a homenagem que Portugal está a dever a seu sábio professor.